

- a Comissão violou os princípios da confiança legítima e da igualdade de tratamento ao afastar-se das orientações fixadas pela comunicação sobre a fiscalidade directa e da prática administrativa adoptada em conformidade com essa comunicação;
- a Comissão violou o princípio da boa administração, que a obriga a examinar de forma diligente, detalhada e imparcial todos os elementos pertinentes do processo ao não ter dado seguimento ao procedimento (como fez relativamente às aquisições extracomunitárias) para demonstrar a alegada selectividade da medida e, desse modo, verificar, antes de o dar por encerrado, qual o alcance exacto dos entraves de ordem prática à fusão comercial intracomunitária;
- a Comissão violou a sua obrigação de respeitar a economia do Tratado e de garantir a aplicação coerente das regras relativas ao controlo dos auxílios de Estado e das regras relativas a outros princípios e liberdades do Tratado, como a livre circulação de capitais e a criação do mercado interno;
- a decisão recorrida não está suficientemente fundamentada no que respeita aos diferentes aspectos importantes da apreciação da selectividade da medida e dos seus efeitos sobre a concorrência e as trocas entre Estados-Membros, levada a cabo pela Comissão.

**Recurso interposto em 20 de Maio de 2010 — Regione Puglia/Comissão Europeia**

**(Processo T-223/10)**

(2010/C 179/95)

*Língua do processo: italiano*

**Partes**

*Recorrente:* Regione Puglia (Bari, Itália) (Representante: F. Brunelli e A. Aloia, advogados)

*Recorrida:* Comissão Europeia

**Pedidos da recorrente**

- anulação da nota de débito da Comissão Europeia n.º 3241001630 de 26 Fevereiro 2010.
- condenação da Comissão Europeia na totalidade das despesas.

**Fundamentos e principais argumentos**

O presente recurso é interposto contra a nota de débito de 26 de Fevereiro de 2010, emitida pela recorrida em execução da

Decisão C(2009) 10350, de 22 de Dezembro de 2009, relativa à redução da participação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) destinado ao programa operativo POR Puglia Objectivo 1 2000-2006. Esta última decisão foi impugnada pela Regione Puglia e pela Itália, respectivamente, nos processos T-84/10 <sup>(1)</sup> e T-117/10 <sup>(2)</sup>.

Em apoio das suas conclusões a recorrente alega:

- A ilegalidade da Decisão C(2009) 10350, de 22 de Dezembro de 2009, com base nos fundamentos e principais argumentos já invocados no processo T-84/10.
- A violação do artigo 7.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 448/2001 da Comissão, de 2 de Março de 2001, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho no que respeita ao procedimento para a realização de correcções financeiras aplicáveis às intervenções no quadro dos Fundos estruturais <sup>(3)</sup>, que prevê que a taxa dos referidos juros de mora será 1,5 % acima da taxa aplicada pelo Banco Central Europeu, na medida em que a nota de débito impugnada prevê uma taxa de juro 3,5 % acima da publicada no JO da UE em 1 de Abril de 2010.

<sup>(1)</sup> JO C 113, de 1.5.10, pg. 58

<sup>(2)</sup> Ainda não publicado no JO

<sup>(3)</sup> JO L 64, de 6.3.2001, pg. 13

**Recurso interposto em 18 de Maio de 2010 — Banco Bilbao Vizcaya Argentaria/Comissão**

**(Processo T-225/10)**

(2010/C 179/96)

*Língua do processo: espanhol*

**Partes**

*Recorrente:* Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Bilbao, Espanha) (representantes: J. Buendia Serra, E. Abad Valdenebro, M. Muñoz de Juan e R. Calvo Salinero, advogados)

*Recorrida:* Comissão

**Pedidos do recorrente**

- anular o artigo 1.º, n.º 1, da decisão recorrida, na medida em que declara que o artigo 12.º, n.º 5, TRLIS (texto codificado da lei relativa ao imposto sobre as sociedades), contém elementos de auxílio de Estado;